

BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A.

CNPJ/MF nº 14.435.130/0001-61

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de reais)				
Ativo	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	
Circulante	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	464	3.962	148.796
Contas a receber, líquidas	6	6	92.590	163.285
Adiantamentos a fornecedores			6.862	1.800
Tributos a recuperar	7	2.137	1.887	11.438
Dividendos a receber		5.579	395	5.579
Estoques			3.359	7.573
Outros ativos		8.180	6.244	270.618
Não circulante				302.634
Caixa e equivalentes de caixa	6		30.707	25.354
Fundos restritos			18.324	14.776
Partes relacionadas	19	172.064	177.810	59.994
IRPJ e contribuição social diferidos	18 (a)			68.906
Tributos a recuperar	7		23.156	15.132
Depósitos judiciais			13.619	4.481
Outros ativos			1.820	1.960
Total do ativo		450.439	446.671	1.752.395

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em 8 de setembro de 2011, com o objetivo de participar em outras sociedades atuantes no setor de saneamento básico e engenharia ambiental, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. Em 30 de setembro de 2020, o acionista BR FIP concluiu a reorganização societária da BRK Ambiental Participações S.A. (“BRK Ambiental”), aportando sua participação societária de 49% detida na Companhia. Em consequência da reorganização societária a BRK Ambiental passou a deter 100% das ações da Companhia (Nota 22). A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, 14.261 – 13º andar – Ala B – São Paulo-SP. A Companhia é controladora da Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins (“Saneatins”), que possui atualmente contrato de prestação de serviços de longo prazo, que abrangem 52 prefeituras, sendo 47 no Estado do Tocantins e 5 no Estado do Pará, todos com opção de renovação e extensão ao final do contrato e são atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). Em 21 de dezembro de 2015, a controladora Saneatins obteve o registro inicial de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para a categoria “B”, no qual permitia a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield (“Grupo”) e controlada pela BRK Ambiental Participações S.A. (“BRK Ambiental”). As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 21 de Março de 2022. Os principais contratos de concessão da controladora Saneatins podem ser assim exemplificados e resumidos:

Poder concedente (cliente)	Ano inicial – final
Prefeitura Municipal de Palmas-TO	1999 – 2032
Prefeitura Municipal de Araguaína-TO	1999 – 2041
Prefeitura Municipal de Gurupi-TO	1999 – 2041
Prefeitura Municipal de Porto Nacional-TO	1999 – 2049
Prefeitura Municipal de Paraisópolis-TO	1999 – 2029
Prefeitura Municipal de Colinas-TO	1999 – 2029
Prefeitura Municipal de Guaraí-TO	1999 – 2029
Prefeitura Municipal de Tocantinópolis-TO	1999 – 2029
Prefeitura Municipal de Miracema-TO	1999 – 2029
Prefeitura Municipal de Tucumã-TO	2008 – 2048
Prefeitura Municipal de São Geraldo-PA	2005 – 2035
Prefeitura Municipal de Curionópolis-PA	2007 – 2037
Prefeitura Municipal de Eldorado dos Carajás-PA	2007 – 2042
Prefeitura Municipal de Xingú-PA	2007 – 2042

(a) COVID-19: Com a disseminação da COVID-19 em escala global, governos e autoridades ao redor do mundo vem implementando medidas para combater o vírus. No Brasil, onde a Companhia e suas subsidiárias atuam, estas medidas tiveram seus efeitos principalmente a partir da segunda quinzena de março de 2020. A BRK Ambiental vem monitorando atentamente a disseminação da pandemia no território nacional e seus desdobramentos, tendo constituído um Comitê de Gestão de Crise, que está focado em três prioridades: (i) proteger a segurança dos funcionários e clientes; (ii) garantir a continuidade das operações; e (iii) preservar a liquidez financeira da Companhia. O abastecimento de água e os serviços de esgoto são serviços essenciais e parte fundamental no combate à proliferação da COVID-19. Considerando situações e realidades distintas em cada região de atuação, as atividades são planejadas e organizadas de forma a garantir a continuidade do abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto aos clientes, com segurança para os funcionários e comunidades, seguindo rigorosamente as determinações das autoridades públicas de saúde. Visando garantir a saúde dos funcionários, a Companhia ampliou o programa de monitoramento de temperatura e frequência cardíaca de todos os funcionários, controlando considerando os reflexos trazidos pela pandemia, sendo que (i) não há indicativo de mudança no valor recuperável (*impairment*) de seus ativos imobilizados e intangíveis; (ii) não foi identificado a necessidade de ajuste para realização dos estoques; (iii) não foi identificado alteração no valor justo das receitas; (iv) não foram identificados impactos significativos nos contratos de arrendamento, e (v) não há eventos ou condições identificadas que afetem de forma significativa a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, ou modifiquem de forma significativa a mensuração dos seus ativos e passivos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. **(b) Programa SOX:** No exercício de 2021 houve a manutenção do Programa SOX da Companhia, com a contínua execução deste programa e sua incorporação à rotina de trabalho, no contexto das obrigações de seu acionista controlador, não tendo sido identificadas deficiências significativas ou fraquezas materiais, em conformidade com as diretrizes da Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley (“SOX”), que visa prevenir, detectar e tratar qualquer potencial conformidade relacionada às informações financeiras das empresas que atendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). **(c) Programa de Compliance:** A Companhia e suas controladas estão comprometidas em realizar todas as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência na implementação do seu Programa de Compliance, tomando por base o total cumprimento de todas as legislações e regulamentações, nacionais e internacionais aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos. Dessa forma, a Companhia e suas controladas estabeleceram em sua governança corporativa a adoção deste Programa de Compliance, com reporte direto para a Presidência da Companhia, que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar todas as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e da integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados, inclusive em sociedades controladas. A Companhia é signatária do Pacto Global pela Integridade e contra a Corrupção, que visa promover a transparência e a integridade em um mundo mais íntegro e ético e erradicar a corrupção. A Companhia também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Ainda em 2021, a Companhia e sua controlada receberam a certificação ISO 37001, que trata sobre o sistema de gestão anti-suborno, reforçando mais uma vez a efetividade do Programa de Compliance e das práticas anti-suborno e anticorrupção adotados.

2. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia e suas controladas no exercício e período apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). **(a) Programa de Compliance:** A Companhia e suas controladas estão comprometidas em realizar todas as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência na implementação do seu Programa de Compliance, tomando por base o total cumprimento de todas as legislações e regulamentações, nacionais e internacionais aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos. Dessa forma, a Companhia e suas controladas estabeleceram em sua governança corporativa a adoção deste Programa de Compliance, com reporte direto para a Presidência da Companhia, que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar todas as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e da integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados, inclusive em sociedades controladas. A Companhia é signatária do Pacto Global pela Integridade e contra a Corrupção, que visa promover a transparência e a integridade em um mundo mais íntegro e ético e erradicar a corrupção. A Companhia também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Ainda em 2021, a Companhia e sua controlada receberam a certificação ISO 37001, que trata sobre o sistema de gestão anti-suborno, reforçando mais uma vez a efetividade do Programa de Compliance e das práticas anti-suborno e anticorrupção adotados.

2.2. Consolidação: (a) **Companhias consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2021, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias:

Local de constituição e operação	Negócio	Quantidade de ações		Participação no capital social (%)	
		2021	2020	2021	2020
BRK Ambiental – Sul Pará S.A. (“BRK Sul Pará”)	Concessão			100,00	100,00
Saneatins	Concessão			100,00	100,00
	água e esgoto	1.000	1.000	100,00	100,00
	água e esgoto	2.513.957	2.513.957	100,00	100,00

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis são aplicadas uniformemente àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. O cálculo de equivalência patrimonial é realizado na mesma data do balanço da controladora. **(b) Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos e financiamentos”, no passivo circulante. **2.4. Fundos restritos:** Os fundos restritos representam depósitos bancários cuja utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos e rendidos até o vencimento de cada contrato. Os valores são remunerados, em sua maioria, pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). **2.5. Estoques:** Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. **2.6. Contas a receber e perdas de créditos esperadas:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços e venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas de créditos esperadas, calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber. O direito a faturar de clientes é classificado como: **(a) Contratos de concessão (cunjo serviço):** A Companhia e suas controladas registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda ou prestação de serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência. **2.7. Ativos financeiros e não financeiros:** **2.7.1. Classificação:** A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **2.7.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. **2.7.3. Impairment de ativos financeiros e não financeiros:** **(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia e suas controladas avalia na data do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (“evento de perda”) e aquele evento (“evento de perda”) tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa de juros efetiva de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **(b) Ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o direito não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de reais)				
Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	
Circulante	2021	2020	2021	2020
Fornecedores	14	93	19	53.048
Empréstimos e financiamentos	15	1	38.287	36.676
Passivo de arrendamento	15,2	360	8.148	9.722
Debêntures	15,3	378	58	110.160
Salários e encargos sociais	16		24.654	22.728
Tributos a pagar	17	82	18	26.274
Partes relacionadas	19		38.485	38.485
Outros passivos		553	95	262.604
Não circulante				230.999
Empréstimos e financiamentos	15.1		556.254	469.920
Passivo de arrendamento	15.2		46.382	55.724
Debêntures	15,3	248.293	247.857	248.293
Partes relacionadas	19	15.694	11.001	578.479
IRPJ e contribuição social diferidos	18 (a)	58.184	63.905	58.184
Tributos a pagar	17		1.443	2.674
Provisões para contingências	20		6.602	8.817
Benefícios a empregados	21		20.288	20.071
Outros passivos			4.737	5.221
Total do passivo e patrimônio líquido		450.439	452.651	1.752.395

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

2.8. Propriedades para investimentos: Refere-se a propriedades mantidas para obtenção de renda com aluguel e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito) e não para: (i) uso na produção ou fornecimento de serviços; (ii) finalidades administrativas; ou (iii) para venda no curso ordinário do negócio. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período das controladas no qual as mudanças ocorreram, exceto no reconhecimento inicial de imóvel anteriormente ocupado pelas BRK Ambiental e suas controladas que torna a propriedade para investimento registrada pelo valor justo, cujo ganho ou perda é registrado no patrimônio líquido. A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não são esperados benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa é reconhecido no resultado do período em que o imóvel ou bem é baixado. **2.9. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: (i) o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período em que os custos são incorridos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas”, na demonstração do resultado. **2.10. Ativos de contrato:** O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. **2.11. Intangíveis:** **(a) Sistema de água e esgoto:** A Companhia e suas controladas reconhecem como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários, pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgoto e a concessão de direitos de uso de infraestrutura para a prestação de serviços de saneamento. O custo de aquisição de um ativo intangível é determinado com base no valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e suas controladas, reconhecido conforme nota 2.17 (b). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia e suas controladas (Nota 3 (f)). A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **(b) Direito de concessão:** O direito de concessão refere-se à outorga registrada nas concessões no ativo intangível (Nota 13), as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante. A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia e suas controladas, ou o prazo final de concessão, o que ocorrer primeiro. A carteira de clientes refere-se às relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios e reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor justo de aquisição menos a amortização acumulada e reduzidos por *impairment* se necessário. **(c) Softwares e direitos de uso:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. O ativo de direito de uso refere-se à exploração do contrato privado ou público firmado entre as controladas e o Poder concedente ou cliente. **(d) Capitalização de juros e encargos financeiros:** Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para o ativo e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos. **2.14. Arrendamentos:** A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **(i) Arrendamentos:** A Companhia e suas controladas aplicam a única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **(ii) Ativos de direito de uso:** A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova renovação dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 1 a 11 anos. **(iii) Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **2.15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% de imposto de renda e de 9% para a contribuição social, com base nas leis tributárias promulgadas. Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos se o valor líquido líquido de impostos a serem pagos exceder o valor dos passivos de impostos e base negativa acumulados. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **2.16. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor a ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa atual de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.17. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos serviços prestados entre as empresas da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas, conforme descrição a seguir. A Companhia e suas controladas baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. **(a) Receita de serviços de água e esgoto:** A receita de prestação de serviço de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião do consumo de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber. **(b) Receita de construção:** A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia e suas controladas na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia e suas controladas na formação do seu ativo intangível, presentes nos contratos de concessões públicas (ICPC 01 (R1) e OCPC 05), já que a Companhia e suas controladas adotam como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão do CPC, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2021 e 2020 foi de 2%. Essa receita é reconhecida juntamente com os custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (ativo intangível). **(c) Receita de ativo financeiro:** A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondentes aos contratos de concessão pública e contratos com arrendamentos financeiros e, dada a sua natureza, a receita é reconhecida como receitas das operações da Companhia e suas controladas. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica de cada contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. **(d) Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.18. Benefícios a empregados:** **(a) Obrigações de aposentadoria:** A Companhia e suas controladas disponibiliza um plano de Previdência Complementar aberta de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994). O plano é estruturado sob o regime de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do custo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e o custo é dividido pelas contribuições dos integrantes, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos. **(b)**

Demonstrações do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Operações continuadas				
Recosta líquida de serviços	23 (a)			703.479
Custos dos serviços prestados	23 (c)			(438.734)
Lucro bruto				264.745
Recursos (despesas) operacionais				234.356
Perdas e administrativas	23 (c)	(17.051)	(16.867)	(129.693)
Gerais de créditos esperadas	23 (c)			(10.004)
Outras receitas (despesas), líquidas	23 (c)			7.173
Equivalência patrimonial	8 (b)	21.829	15.996	(3.650)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		4.778	(871)	132.221
Resultado financeiro	23 (d)			106.355
Recostas financeiras		11.966	5.531	18.825
Despesas financeiras	(25.886)		(12.430)	(148.294)
Resultado financeiro, líquido		(13.920)	(6.899)	(129.469)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.142)	(7.770)	2.752
IRPJ e contribuição social correntes	18 (b)			(3.673)
IRPJ e contribuição social diferidos	18 (b)	5.721	5.126	(2.500)
Prejuízo do exercício		(3.421)	(2.644)	(3.421)
Prejuízo por ação básica atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício				(0,02)
				(0,01)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo do exercício		(3.421)	(2.644)	(3.421)
Itens que não serão reclassificados para o resultado	22 (d)			

Companhia e suas controladas, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: • Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia e suas controladas mantêm provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa. • Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia e suas controladas não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável. • Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia e suas controladas não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A administração da Companhia e suas controladas acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia e suas controladas, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. (d) **Reconhecimento de receita de construção:** A controlada Saneatins usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes da prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão (ICPC01 (R1)). O uso deste método requer que a Saneatins estime a margem a ser acrescida aos custos incorridos com os serviços executados e é apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. (e) **Receita não faturada:** A controlada Saneatins registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência. (f) **Vida útil dos ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia e suas controladas, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia e suas controladas. (g) **Propriedades para investimento:** A Administração da controlada Saneatins adotou o critério estimativo na apuração do valor justo de propriedade para investimento de forma prospectiva conforme critérios descritos a seguir. Os valores justos dos imóveis foram embasados em pareceres técnicos de avaliação mercadológica através de empresa independente, contratada para realização dos trabalhos de avaliação individual de cada um dos imóveis, utilizando o método de avaliação de comparação de dados para os imóveis em que foram encontradas amostras semelhantes, com o mesmo contexto de localização; para os demais imóveis, foi utilizado o método evolutivo, que avalia o potencial construtivo ou a possibilidade de desmembramento nos mesmos padrões de amostras existentes na mesma localização. Os valores justos dos imóveis foram considerados como de nível 3 na hierarquia do valor justo definida pelo CPC 46 (informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado). (h) **Perdas de créditos esperadas:** A Companhia registra as perdas de créditos esperadas em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (Nota 6), com base na análise do saldo de contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 2.6. A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, ações comerciais, eventuais garantias contratuais, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas e vencimento da carteira de contas a receber.

4. Gestão de risco financeiro – 4.1. Fatores de risco financeiro: Considerações gerais: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, partes relacionadas e obrigações com o Poder concedente. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. (a) **Risco de crédito:** A política da Companhia e suas controladas considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis é inerente ao modelo de negócio da Companhia e suas controladas, o que mitiga eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia e suas controladas possui caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos, predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é AAA, conforme avaliação das agências S&P e Fitch. A exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, fundos restritos e contas a receber na data do balanço (Notas 5 e 6). (b) **Risco de liquidez:** Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas diariamente pela área de tesouraria. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e suas controladas por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de					Total por	Valores a	Total no balanço
	um ano	entre um e dois anos	entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	vencimento			
Em 31 de dezembro de 2021	53.048	82.090	230.958	531.310	53.048	338.498	594.541	594.541
Fornecedores	53.048	82.090	230.958	531.310	53.048	338.498	594.541	594.541
Empréstimos e financiamentos	14.409	12.471	23.087	34.340	84.307	(29.777)	54.530	54.530
Passivo de arrendamento	145.046	34.033	318.919	497.998	139.545	358.453	358.453	358.453
Debêntures	294.593	135.185	572.964	565.650	1.568.392	(507.820)	1.060.572	1.060.572
Em 31 de dezembro de 2020	2013	2015	2016, 2017 e 2018	2019 em diante				
Fornecedores	31.854	31.854	31.854	31.854	31.854	31.854	31.854	31.854
Empréstimos e financiamentos	37.002	46.740	125.238	301.611	510.591	(3.995)	506.596	506.596
Passivo de arrendamento	15.649	15.257	38.079	36.363	105.348	(39.902)	65.446	65.446
Debêntures	94.828	107.156	272.264	474.248	54.466	(419.782)	419.782	419.782
	179.333	169.153	435.581	337.974	1.122.041	(98.363)	1.023.678	1.023.678

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial consolidado, através da coluna valores a incorrer. **4.2. Gestão de capital:** O objetivo da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer o retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Em benefício de sua gestão, a Companhia e suas controladas pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender participação em ativos para otimizar sua estrutura de capital. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e suas controladas monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos, passivo de arrendamento e debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo total do capital, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, podem ser assim sumarizados:

	2021	2020
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 15.1)	594.541	506.596
Total de passivo de arrendamento (Nota 15.2)	54.530	65.446
Total de debêntures (Nota 15.3)	358.453	419.782
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(148.796)	(163.285)
(-) Fundos restritos	(18.324)	(14.776)
Dívida líquida	840.404	813.763
Total do patrimônio líquido	127.715	129.793
Total do capital	968.119	943.556
Índice de alavancagem financeira – %	87%	86%

4.3. Estimativa do valor justo: Caixa, equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e obrigações com o Poder concedente a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos. O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 19. Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e Caixa Econômica Federal (“CEF”) possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equipareem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço. As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da Bolsa de Valores de São Paulo – B3 (anteriormente denominada BM&FBovespa). A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia e suas controladas, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os empréstimos, financiamentos e debêntures estão classificados como Nível 2 na hierarquia de valor justo, conforme estabelecido nos itens 72 a 90 do CPC 46.

4.4. Instrumentos financeiros por categoria: Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são classificados da seguinte forma:

	Controladora								Consolidado							
	2021		2020		2021		2020		2021		2020		2021		2020	
	Nota explicativa	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros pelo custo amortizado																
Caixa e equivalentes de caixa	5	464	464	3.962	3.962	148.796	148.796	163.285	163.285	185.813	185.813	144.268	144.268	144.268	144.268	
Fundos restritos						18.324	18.324	14.776	14.776							
Contas a receber, líquidas	6					123.297	123.297	144.268	144.268							
Partes relacionadas	19	172.064	172.064	177.810	177.810											
		172.528	172.528	181.772	181.772	290.417	290.417	322.329	322.329							
Passivos financeiros pelo custo amortizado																
Fornecedores	14	(93)	(93)	(19)	(19)	(53.048)	(53.048)	(31.854)	(31.854)							
Empréstimos e financiamentos	15.1					(594.541)	(594.118)	(506.596)	(507.788)							
Passivo de arrendamento	15.2					(54.530)	(54.530)	(65.446)	(65.446)							
Debêntures	15.3	(248.671)	(256.132)	(247.915)	(249.912)	(358.453)	(367.090)	(419.782)	(432.164)							
Partes relacionadas	19	(15.694)	(15.694)	(11.001)	(11.001)	(578.479)	(578.479)	(460.932)	(460.932)							
Outros passivos						(6.770)	(6.770)	(6.372)	(6.372)							
		(264.458)	(271.919)	(258.935)	(260.932)	(1.645.821)	(1.654.035)	(1.490.982)	(1.504.556)							

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	Valor	Contábil	Valor	Justo	Valor	Contábil	Valor	Justo
Bancos conta movimento	120	1	14.613	18.611				
Aplicações financeiras (i)	344	3.961	134.183	144.674				
	464	3.962	148.796	163.285				

(i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por aplicações financeiras de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”), com liquidez imediata e remuneração relacionada à média ponderada no período de janeiro a dezembro de 2021 de aproximadamente 91% do CDI (2020 – 88% do CDI).

6. Contas a receber, líquidas

Contas a receber de clientes

	Controladora								Consolidado							
	2021		2020		2021		2020		2021		2020		2021		2020	
	Nota explicativa	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Contas a receber																
Direitos a faturar																
Outros (i)																
Perdas de crédito esperadas																
(-) Circulante																
Não circulante																
(i) Este saldo refere-se, substancialmente, às faturas emitidas por conta da prestação de serviços contratados pela Agência Tocantinense de Saneamento – “ATS”, que é uma autarquia pública Estadual responsável pela operação de diversos sistemas de abastecimento de água no estado. O serviço prestado é reconhecido pela autarquia e as negociações sobre as condições de pagamento que se encontravam paralisadas durante a pandemia, foi retomada, uma vez que todos os esforços da Administração Pública Estadual estão voltados às ações na área de saúde. As negociações com a ATS encontram-se em andamento para concluir o recebimento dos saldos em aberto. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:																

	2021		2020	
	Valor	Contábil	Valor	Justo
A vencer	23.981	22.889	6.844	8.231
Vencidos	3.152	4.027	6.918	8.476
Até 30 dias	36.124	37.064	20.820	26.544
De 31 a 60 dias	20.820	26.544	123.297	141.447
De 61 a 90 dias	2.821	2.821		
De 91 a 180 dias				
Mais de 180 dias				
Valores a faturar				
Contas a receber de clientes				
Agentes arrecadadores				
Total	123.297	144.268		

A movimentação das perdas de créditos esperadas de contas a receber da Companhia e suas controladas é a seguinte:

	Controladora				Consolidado					
	2021		2020		2021		2020			
	Saldo no início do exercício	Adições	Contas a receber baixadas por recebimento	Contas a receber incorráveis	Saldo no final do exercício	Saldo no início do exercício	Adições	Contas a receber baixadas por recebimento	Contas a receber incorráveis	Saldo no final do exercício
Em 31 de dezembro de 2021	(83.465)	(33.652)	23.648	1.466	(92.003)	(83.465)				
Em 31 de dezembro de 2020	(69.726)	(26.013)	10.825	1.449	(83.465)					

7. Tributos a recuperar

	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	Valor	Contábil	Valor	Justo	Valor	Contábil	Valor	Justo
Imposto sobre serviços								
Imposto de renda								
Contribuição social								
PIS e COFINS (i)								
Outros								
(-) Circulante								
Não circulante								
(i) O saldo refere-se, substancialmente, aos créditos da contribuição para PIS e da COFINS gerados na aquisição de intangível em formação e serão apropriados à medida em que a infraestrutura estiver disponível para a prestação de serviço de água e esgotamento sanitário.								

8. Investimentos – (a) Resumo das informações financeiras das controladas:

	2020							
	% de participação		Ativo		Passivo		Resultado	
	circulante	passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Recursos de serviços e vendas operacionais	Prejuízo do exercício	Resultado do exercício
BRK Sul Pará	100,00	1	1					
Saneatins	100,00	296.785	231.298	65.487	1.266.289	1.248.993	17.296	82.783
		296.786	231.298	65.488	1.266.289	1.248.993	17.296	82.784

(b) Movimentação dos investimentos:

	Controladora				Consolidado					
	2021		2020		2021		2020			
	Saldo inicial	Dividendos	Adição	Equivalência patrimonial	Saldo final	Saldo inicial	Dividendos	Adição	Equivalência patrimonial	Saldo final
BRK Sul Pará										
Saneatins	82.783	(5.184)			21.829	1.343	100.771			
2021	82.784	(5.184)			21.829	1.343	100.772			
2020	47.274	(395)	20.000		15.996	(91)	82.784			

9. Propriedades para investimentos – O valor dos imóveis está embasado em pareceres técnicos de avaliação mercadológica anual através de empresa independente, contratada para realização dos trabalhos de avaliação de cada um dos imóveis e estão demonstrados abaixo:

Localização	Tipo	Área (m²)	Custo histórico	Valor justo	Ajuste a valor justo	Consolidado	
						2021	2020
Araguaína	Terreno Rural	3.453	690	4.977	4.287		
Araguaína	Terreno Urbano	6.330	237	8.951	8.714		
Palmas	Terreno Rural	56	1	3.053	3.052		
Palmas	Terreno Urbano	3.900	163	4.444	281		
Paraíso	Terreno Rural	1.2					

... continuação

15.3. Debêntures: (a) Composição		Consolidado			
Encargos médios anuais	Vencimentos	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos apropriados	2021	2020
Modalidade					
Controladora					
Capital de giro	8,60%	dez/25	2.179	(1.707)	250.378
(-) Custos de transação				(1.707)	250.058
					248.671
Controlada					
Estrutura	21,43%	jul/22	15.447	(1.429)	111.211
(-) Custos de transação				(1.429)	83.789
Total consolidado			17.626	(3.136)	358.453
Total de debêntures curto prazo			111.589	79.408	
(-) Custo de transação				(2.450)	
Circulante			110.160	76.958	
Total de debêntures longo prazo			250.000	346.396	
(-) Custo de transação				(1.707)	(3.572)
Não circulante			248.293	342.824	
					358.453

(b) Movimentação		Controladora				Consolidado			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Saldo no início do exercício	247.915	143.225	419.782	339.234					
(+) Novas emissões		250.000		250.000					
(-) Encargos financeiros	20.954	8.418	47.744	33.971					
(-) Amortização principal	(143.640)	(37.349)	(176.379)	(176.379)					
(-) Amortização juros	(20.634)	(8.773)	(74.610)	(28.179)					
(-) Adição de custo de transação		(2.179)							
(+) Custos de transação	436	864	2.886	3.314					
Saldo no final do exercício	248.671	247.915	358.453	419.782					

(c) Prazo de vencimento

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2025	248.293	2025	248.293
(d) Garantias:	As garantias das debêntures da controlada Saneatins incluem: (i) penhor da totalidade das ações de emissão da Saneatins e Cessão Fiduciária; (ii) contrato de suporte dos acionistas; (iii) penhor da totalidade dos dividendos e; (iv), Direitos Creditórios da conta livre movimentação ACF que venham a ser depositados na conta livre movimentação financiamento CEF. 15.4. Cronograma de amortização dos custos de transação de financiamentos e debêntures: O quadro a seguir demonstra o cronograma dos efeitos anuais nas despesas financeiras decorrentes da amortização dos custos de transação:		

Controladora		Consolidado	
2022	2023	2024	2025
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

(d) Garantias: As garantias das debêntures da controlada Saneatins incluem: (i) penhor da totalidade das ações de emissão da Saneatins e Cessão Fiduciária; (ii) contrato de suporte dos acionistas; (iii) penhor da totalidade dos dividendos e; (iv), Direitos Creditórios da conta livre movimentação ACF que venham a ser depositados na conta livre movimentação financiamento CEF. **15.4. Cronograma de amortização dos custos de transação de financiamentos e debêntures:** O quadro a seguir demonstra o cronograma dos efeitos anuais nas despesas financeiras decorrentes da amortização dos custos de transação:

Controladora		Consolidado	
2022	2023	2024	2025
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

15.5. Cláusulas contratuais restritivas – Covenants: A Companhia e sua controlada Saneatins possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos e escrituras de emissão de debêntures, cláusulas restritivas com base em determinados índices financeiros (índice de cobertura da dívida – ICSD, índice de endividamento, entre outros) para o cumprimento de garantias especiais. A consequência pelo não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. A Companhia e sua controlada Saneatins estavam adimplentes com as cláusulas restritivas relativas aos financiamentos e debêntures.

16. Salários e encargos sociais

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

17. Tributos a pagar

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos – (a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

19. Partes relacionadas – (a) As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

20. Provisões para contingências – As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como segue:

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

21. Passivo atuarial: Plano de assistência médica pós-emprego

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

22. Provisões para contingências – As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como segue:

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

23. Resultado do exercício (a) Receita: A reconciliação das receitas auferidas é conforme segue:

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

24. Resultado do exercício (b) Receita de construção: A receita de construção e o custo de construção estão relacionados ao contrato de longo prazo, na modalidade de ativo intangível, e assim apresentado:

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

25. Operações

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

26. Resultado do exercício (c) Receita: A reconciliação das receitas auferidas é conforme segue:

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

27. Resultado do exercício (d) Receita de construção: A receita de construção e o custo de construção estão relacionados ao contrato de longo prazo, na modalidade de ativo intangível, e assim apresentado:

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

28. Resultado do exercício (e) Receita de construção: A receita de construção e o custo de construção estão relacionados ao contrato de longo prazo, na modalidade de ativo intangível, e assim apresentado:

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

29. Resultado do exercício (f) Receita de construção: A receita de construção e o custo de construção estão relacionados ao contrato de longo prazo, na modalidade de ativo intangível, e assim apresentado:

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

30. Resultado do exercício (g) Receita de construção: A receita de construção e o custo de construção estão relacionados ao contrato de longo prazo, na modalidade de ativo intangível, e assim apresentado:

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A.

Reconhecido na demonstração do resultado		Reconhecido diretamente no patrimônio líquido		Outros		2021	
2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037

Ativo fiscal diferido

Reconhecido na demonstração do resultado		Reconhecido diretamente no patrimônio líquido		Outros		2021	
2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037

Passivo fiscal diferido

Reconhecido na demonstração do resultado		Reconhecido diretamente no patrimônio líquido		Outros		2021	
2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037

Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva: O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia e suas controladas, diferem do valor que seria obtido com o uso da alíquota nominal, aplicável aos lucros individual e consolidado, como segue:

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

19. Partes relacionadas – (a) As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

20. Provisões para contingências – As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como segue:

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

21. Passivo atuarial: Plano de assistência médica pós-emprego

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

22. Provisões para contingências – As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como segue:

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

23. Resultado do exercício (a) Receita: A reconciliação das receitas auferidas é conforme segue:

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020
2022	2023	2024	2025
2026	2027	2028	2029
2030	2031	2032	2033

24. Resultado do exercício (b) Receita de construção: A receita de construção e o custo de construção estão relacionados ao contrato de longo prazo, na modalidade de ativo intangível, e assim apresentado:

Controladora		Consolidado	